

AS NOÇÕES DE CAPITAL SOCIAL E POBREZA NO BRASIL

*Eduardo Loebel**

*Em adição às facilidades públicas,
a natureza das relações comunitárias pode
ser importantíssima, como procurou salientar
a literatura recente sobre “capital social”.*

AMARTYA SEN (2000:91)

Resumo

Este artigo é fruto de uma pesquisa exploratória sobre as noções de capital social e seus usos no combate da pobreza no Brasil. Temos três objetivos gerais: (1) apresentar as noções de capital social, histórico e principais autores, (2) relacionar tais noções à questão do combate da pobreza no Brasil e (3) descrever uma situação empírica, a título de ilustração, na qual pode ser identificado o uso de capital social no combate à pobreza.

* Administrador de empresas, mestre em Administração pela EAESP-FGV, doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP, é membro do Núcleo de Estudos da Subjetividade, Cultura e Cidadania (NESCCI-PUC-SP) e do Núcleo de Estudos Sobre a Pobreza/Faculdade São Luís (NEPO/FSL). É professor na Faculdade São Luís, na EAESP-FGV, ESPM-SP e na FEA-PUC-SP. A pesquisa que deu origem a este texto foi financiada pela Faculdade São Luís.

As considerações finais dizem respeito à análise crítica e reflexiva, considerando o desenvolvimento realizado.

Palavras-chave

Capital social, pobreza.

Introdução

Como assunto de pesquisa¹, a intersecção entre as noções de capital social e pobreza é um tema reconhecível no âmbito das Ciências Sociais, mas entre os que não são antropólogos, sociólogos ou cientistas políticos, incluindo muitos administradores, economistas e tecnólogos, os contornos dessa intersecção podem não ser familiares. Para estabelecer o contexto da discussão realizada nesse artigo, gostaríamos de destacar a afirmação de Amartya Sen (2000:303) sobre o papel e a relevância dos valores e dos sistemas éticos subjacentes ao capitalismo:

Os grandes desafios que o capitalismo enfrenta no mundo contemporâneo incluem problemas de desigualdade (especialmente pobreza esmagadora em um mundo de prosperidade sem precedente) e de 'bens públicos' (ou seja, os bens que as pessoas compartilham, como o meio ambiente). A solução desses problemas quase certamente requererá instituições que nos levem além da economia de mercado capitalista. Mas o próprio alcance da economia capitalista de mercado pode, de muitos modos, ser ampliado por um desenvolvimento apropriado de uma ética sensível a esses problemas. A compatibilidade do mecanismo de mercado com um vasto conjunto de valores é uma questão importante e precisa ser considerada juntamente com a exploração da extensão de disposições institucionais além dos limites do mecanismo de mercado puro.

O capital social constitui-se em um enfoque relativamente recente, isto é, uma noção que busca conjugar a perspectiva das redes sociais

1. O autor gostaria de agradecer especialmente aos professores: Dra. Maria de Lourdes Manzini-Covre (orientadora do doutorado), Dra. Josildeth Gomes Consorte, Dra. Lúcia Maria M. Bógus, Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley, Dra. Noêmia Lazzareschi e, em memória, ao Dr. Fernando Cláudio Prestes Motta (orientador do mestrado) pela dedicação no sentido de indicar (ao administrador de empresas) os caminhos preciosos das Ciências Sociais. Também deseja agradecer a profa. Vivian Iara Strehlau pela valiosa contribuição em versões anteriores desse artigo.

(Wasserman & Faust, 1994) e as normas de reciprocidade associadas. Dentre as suas inúmeras aplicações, tal conceito procura diferenciar-se das noções exclusivamente assistencialistas utilizados em alguns programas de combate da pobreza. Os organismos e agências internacionais promoveram, nos últimos anos, linhas de ação e estudo destinados ao fortalecimento da capacidade dos pobres de melhorar as suas situações por meio da formação de redes associativas baseadas na cooperação e na confiança dentro de suas comunidades e com a sociedade de modo geral. Por exemplo, The World Bank Group (2003) dedica um conjunto de páginas na Internet à noção de capital social, vinculando-a ao tópico da pobreza e definindo-a como *normas e redes que possibilitam ações coletivas*.

A noção tem origem na sociologia, nas ciências políticas e no debate sobre o desenvolvimento promovido pelo Banco Mundial após 1995. Os principais autores que desenvolveram essa noção são Pierre Bourdieu, James S. Coleman, Robert D. Putnam, entre outros. Capital social tornou-se um conceito importante desde a década de 1990. A idéia em si não é nova, autores clássicos como Adam Smith, Karl Marx, Émile Durkheim, Thorstein Veblen, Max Weber e muitos outros escreveram sobre a importância dos fatores sociais e culturais no desenvolvimento e nas trocas econômicas. São novas as tentativas de definição sistemática do conceito e o fato dos efeitos das estruturas sociais e normas sociais serem assuntos de pesquisa empírica concreta desde a década de 1990.

Capital social constitui-se numa noção heterogênea e suscita algumas questões, por exemplo:

1. Respeitando-se a heterogeneidade da noção, quais são as diferentes teorias e conceitos que se referem à noção de capital social?
2. Pode trazer algum ganho ou vantagem no combate à pobreza?
3. É uma noção individual ou coletiva?
4. Pode substituir ou complementar outras formas de capital?
5. O seu efeito é sempre benéfico?
6. Como é o processo de investimento em capital social?
7. Pode-se mensurá-lo por indicadores?

Este artigo é fruto de uma pesquisa exploratória, teórica e empírica, sobre a noção de capital social e as suas aplicações para o combate da pobreza no Brasil. Além do desenvolvimento teórico, buscou-se, na

literatura brasileira sobre o assunto, descrições de casos que poderiam servir de ilustração para o desenvolvimento teórico aqui apresentado. Encontramos algumas descrições de casos interessantes das quais destacamos o da *Rede Pintadas*. É nosso objetivo também apresentar e discutir esse caso à luz das noções de capital social, procurar possíveis relações e tentar transpassar algumas observações da realidade para o referencial teórico preliminarmente apresentado.

De modo específico, perseguiremos os seguintes objetivos:

1. Recuperar a trajetória histórica da noção de capital social, identificar as suas raízes nos autores clássicos da sociologia e ciências políticas e delinear o seu desenvolvimento na década de 90;
2. Descrever os diferentes conceitos e teorias relacionadas à noção de capital social desenvolvido a partir da década de 1990;
3. Mapear a intersecção entre as noções de capital social e pobreza, dando maior ênfase ao debate sobre o assunto ocorrido no Brasil;
4. Desenvolver uma reflexão crítica das noções de capital social e de suas aplicações para o combate da pobreza no Brasil.

Partimos da hipótese de trabalho de que as noções de capital social desenvolvida por autores como Pierre Bourdieu, James S. Coleman, Robert D. Putnam e outros podem ser úteis para a elaboração e implementação de estratégias de combate à pobreza no Brasil. A principal justificativa para a pesquisa a que propomos consiste nos ganhos e vantagens que podem ser produzidos no combate da pobreza no Brasil com a identificação da utilidade e pontos de adaptação das noções de capital social à realidade brasileira.

Mais especificamente, as justificativas para a realização desta pesquisa podem ser resumidas em três pontos:

- *Primeiro*: há um interesse crescente pelos temas capital social e pobreza, porém há também uma grande concentração de publicação sobre o assunto do ponto de vista teórico e empírico, mas voltado para a realidade de outros países. Entendemos que a presente pesquisa se justifica pela possibilidade de pesquisa e publicação científica sobre combate da pobreza no Brasil;
- *Segundo*: pela possibilidade de aprofundamento dos conteúdos e aperfeiçoamento dos processos didático-pedagógicos de disciplinas relacionadas ao assunto, por exemplo, pela possibilidade de utilização de estudos de casos;

- *Terceiro*: pela possibilidade de realização de pesquisa empírica futura, no formato de estudos de casos em profundidade, com o objetivo de estudar situações de combate da pobreza no contexto brasileiro que possam ser mais bem compreendidas com o emprego das noções de capital social, visando a futuras publicações científicas, ao enriquecimento do processo de ensino/aprendizado e ao desenvolvimento de uma possível prática emancipatória em relação à grave e triste questão da pobreza no Brasil.

O artigo, no desenvolvimento que se segue, encontra-se organizado em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Primeiramente, apresenta-se as noções de capital social e o seu desenvolvimento histórico. Em seguida, discorre-se sobre as intersecções entre as noções de capital social e a pobreza. Nessa parte, procura-se destacar os aspectos positivos e negativos da utilização do capital social como estratégia de combate da pobreza. O terceiro tópico é destinado à análise da aplicação das noções de capital social no combate da pobreza no Brasil. O quarto tópico apresenta e discute um estudo de caso, a Rede Pintadas, cuja finalidade principal consiste na constatação empírica das noções teóricas desenvolvidas nos tópicos anteriores. Finalmente, as considerações finais contêm o desenvolvimento de uma reflexão crítica das noções de capital social e de suas aplicações para o combate da pobreza no Brasil.

1. As noções de capital social

Capital é uma palavra símbolo de uma época da humanidade — o capitalismo — que *remete a mercado, propriedade privada, trabalho assalariado, recursos econômicos, riqueza e miséria* (D'Araujo, 2003:9). O termo capital é de definição bastante complexa, pois a linguagem comum o define como sendo um *bem que um indivíduo possui como riqueza* (Bottomore, 1988:44). Já no contexto da obra de Karl Marx:

(...) capital não é uma 'coisa', mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica, que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos, ... São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de

atividade exatamente dessa força de trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição. (Marx, 1988:251).

O conceito de capital social guarda, portanto, um contraste de difícil entendimento; se capital envolve os meios de produção concentrados e acumulados, um estoque de bens físicos, o capital social envolveria um estoque de *bens sociais abstratos*, como confiança, normas sociais e relações interpessoais. A questão que surge é a da aplicabilidade desse conceito para o bem comum. Milani (2003:22) afirma que *outro aspecto da particularidade do capital social diz respeito à cumulatividade. Seu uso tende a fazer aumentar seu estoque por meio de ações que incentivam sua criação e reprodução (redes, comunicação, apoio e cooperação).*

Nos anos 90, o Banco Mundial passou a distinguir quatro formas de capital (D'Araújo, 2003:9):

- Capital Natural: que corresponde aos recursos naturais de um país;
- Capital financeiro: que é o resultado do que é produzido pela sociedade em termos de infra-estrutura, bens de capital e assim por diante;
- Capital humano: reflete saúde, educação e nutrição da população; e
- Capital social: relaciona-se a *capacidade da sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos.*

Grootaert et alli (2003:6) destacam as duas abordagens conceituais: a da sociologia (associada aos sociólogos Ronald Burt, Nan Lin e Alejandro Portes), que se refere aos recursos que os indivíduos podem procurar em razão de suas relações com outras pessoas. A estes recursos dá-se o nome de capital social e podem ser constituídos por elementos como informações, idéias e apoios compartilhados entre pessoas e grupos de pessoas. Burt (1992; 2001) observa a estrutura de uma rede social e do papel que esta tem no fluxo dos recursos por meio dessa rede social. Tal estrutura pode ser entendida como um conjunto de pessoas que possuem entre si algum tipo de relação, com alguma frequência e obedecendo a algum tipo de padrão e valores. Uma pessoa no interior de uma rede social possui melhor acesso aos recursos disponibilizados por ela. Burt (1997:339) considera o capital social como parte integrante do capital humano, mas este se refere a uma habilidade pessoal, enquanto o capital social se refere a oportunidades.

A segunda abordagem é associada à ciência política, com destaque a Robert Putnam (1996; 2000), e se refere ao engajamento do indivíduo em redes informais e organizações cívicas formais. Segundo Grootaert et alli (2003:6), em trabalho do Banco Mundial, relacionam o capital social e a pobreza, ou seja:

(...) um conjunto de problemas sociais — criminalidade, saúde, pobreza, desemprego — tem sido empiricamente associado à existência (ou falta de) capital social em uma comunidade, e com eles um sentido de preocupação por parte de cidadãos e formuladores de políticas públicas de que novas formas de capital social precisam ser imaginadas e construídas, conforme outras formas mais velhas entram em declínio. Essas questões são relevantes tanto para países onde a renda per capita é alta, como para aqueles onde a renda é baixa.

Capital social é um conceito abstrato de difícil definição; da sociologia podem ser apresentadas algumas definições que auxiliam na compreensão do conceito de capital social, na qual foram destacadas as idéias de Bourdieu e Coleman.

Bourdieu (1998:67) define capital social como sendo *o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de ligações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento*. Para Bourdieu, o volume de capital social que um indivíduo possui depende da *extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar* e do volume do capital pertencente a quem está ligado.

Segundo Coleman (1990:302), capital social é definido por suas funções, não uma entidade única, mas uma variedade de entidades com duas características em comum: todos são parte de uma estrutura social e facilitam a ação de alguns indivíduos que estão dentro da estrutura. Ou seja, o capital social é o resultado do que é produzido pela interação social entre indivíduos ou grupos, que representam algum tipo de recurso, que facilitam a ação social tanto de indivíduos como de comunidades. Seu modelo de capital social pode ser estudado por meio de duas abordagens de análise: instrumental e afetiva. Na abordagem afetiva, a estrutura social unida permite a construção de confiança e cooperação entre os membros do grupo social (Coleman, 1988).

Para Putnam (1996), capital social é definido por três fatores inter-relacionados, confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de

participação cívica (D'Araujo, 2003:19). Ou seja, os principais atributos do capital social são: confiança mútua, reciprocidade, senso de futuro compartilhado e trabalho conjunto.

Grootaert et alli (2003:7) destacam três tipos de capital social: *capital social de ligação*, no qual os laços se dão entre pessoas similares; tais como família, vizinhos, amigos; *capital social de ponte*, no qual os laços se dão entre pessoas diferentes, mas conecta pessoas de posição social mais ou menos igual e *capital social de conexão*, no qual os laços referem-se às conexões com pessoas em posição de poder, podendo ser usado para alavancar recursos ou dar acesso aos bancos, tribunais e programas de desenvolvimento, assim sendo, líderes locais podem vir a agir como conexões entre as comunidades carentes e a assistência externa.

Assim sendo, de acordo com D'Araujo (2003:57), *capital social reflete uma maneira integrada de agir e de interagir que tem na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade. Não é substituto de nada, assim como não supõe que o mercado possa ser substituto do Estado. O capital social de um indivíduo é diretamente relacionado às suas relações, ou seja, de seu encaixe em uma extensa rede de relacionamentos interpessoais. Por essa razão, é importante analisar alguns aspectos das redes sociais, como estrutura social e como conjunto de díades (relação entre duas pessoas).*

As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo agir no incremento de confiança mútua entre os agentes. Granovetter (1973; 1985) identifica dois conceitos importantes: a existência de laços fortes e laços fracos. Um laço forte tem como característica o desenvolvimento de confiança mútua no relacionamento, no entanto, necessita de muito tempo na sua construção, perde sua funcionalidade ao longo tempo e questões pessoais muitas vezes se sobrepõem a questões de eficiência e por fim permite uma inovação cada vez menor. Já os laços fracos têm maior probabilidade de gerar informações novas, e, portanto, gerar valor ao relacionamento. Laços fracos são fundamentais na transmissão de novas informações, somente se forem não-redundantes.

É importante destacar que a análise de transações econômicas não pode ser separada do contexto social no qual tais transações estão inseridas

Tendo apresentado algumas das principais idéias relacionadas à noção de capital social, definições, conceito e principais autores, passaremos a apresentar o conteúdo relativo à intersecção entre capital social e combate da pobreza.

Quadro 1. Laços fortes e laços fracos

	Laço Forte	Laço Fraco
Confiança	+	-
Reciprocidade	+	-
Tempo	+	-
Obtenção de informação	-	+
Capacitações Novas	-	+

FONTE: quadro elaborado pelo autor.

2. A intersecção entre capital social e pobreza.

O conceito de capital social tem sido usado pelo Banco Mundial com o intuito de melhorar a iniciativa comunitária, por meio do compartilhamento de visão e questões, da construção a partir de recursos internos e dos grupos existentes, da busca de alternativas para responder às mudanças constantes, do deslocamento da passividade para a ação e da melhora do controle, inclusive as normas legais.

Os dirigentes do Banco Mundial acreditam que o conceito de capital social é uma importante ferramenta tanto para as políticas públicas quanto para a própria população e acreditam que, com o conhecimento das dimensões sociais do desenvolvimento econômico, ocorra um aumento na capacidade para o desenvolvimento e implementação de estratégias de redução da pobreza mais eficazes.

No entanto, Putnam (1996), em um estudo longitudinal multidisciplinar de 20 anos na Itália, que observava os efeitos de uma drástica política de descentralização do governo, considerou que os resultados obtidos no norte e no sul da Itália diferiram muito, esperava-se que o sul se desenvolvesse mais rapidamente, no entanto, tal não ocorreu. Dentre as variáveis estudadas, destacava-se o elemento cultural, pois o norte desenvolveu uma cultura cívica mais forte, com um maior envolvimento da população com o bem público, cooperativa e confiante. O sul, por outro lado, teve um passado de maior abundância, desenvolvendo características mais individualistas, hierárquicas e clientelistas. Em síntese, uma sociedade que pratica e valoriza a confiança interpessoal é mais propensa a desenvolver-se economicamente, ou seja, em sociedades que têm capital social.

Logo, se capital social é uma noção útil e eficaz para sociedades com uma conscientização cívica maior, resta aos demais a necessidade de se desenvolver essa noção, utilizando as instituições públicas na construção dessa cultura de solidariedade e atividade social em benefício público.

Lazarini et alli (2000:13) recomenda a compreensão tanto dos benefícios como dos efeitos adversos do capital social, sem o qual, corre-se o risco de se formularem políticas e estratégias errôneas ou que gerem no longo prazo resultados bastante distintos dos inicialmente almeçados. Relatório do Productivity Commission (2003:20-22) da Austrália aponta possíveis pontos negativos tanto para pessoas que pertencem ao grupo como as que não pertencem. Para os participantes da rede, os benefícios para a sociedade dependerão parcialmente dos objetivos do grupo, por exemplo, a Máfia usa o capital social como estrutura organizacional. Outro efeito censurável é excluir pessoas de fora do acesso a posições e oportunidades, como Portes (1998) exemplifica, o que ocorre com a dominância de cubanos no comércio em Miami ou com judeus no comércio de diamantes em Nova York.

A literatura estudada sugere a existência de benefícios básicos para a sociedade, tais como: redução dos custos de transação; facilitação da disseminação do conhecimento e inovação; promover comportamentos cooperativos ou pelo menos orientados socialmente. A Productivity Commission (2003:23) da Austrália destaca que a noção de capital social pode ter efeitos adversos, tais como um grupo forte pode excluir pessoas e criar um foco nas necessidades do grupo, em detrimento de necessidades coletivas. Normas de grupo e sanções também podem sufocar expressões e iniciativas individuais e em alguns grupos normas e sanções podem não ser vistas como desejáveis ou humanas.

Uma última ligação entre a noção de capital social e o combate à pobreza que gostaríamos de fazer é aquela apontada por Demo (2003:249-274) e Néri (2001:4-5). O debate entre os autores revela uma importante potencialidade da noção de capital social, ou seja, a complementaridade entre políticas de transferência de renda e políticas de geração de renda, e, ainda, a possibilidade de combater a pobreza por meio de processos sociais emancipatórios visualizando o longo prazo. Vejamos como é empregada a noção de capital social de acordo com Neri (2001:4-5, *apud* Demo, 2003:254-256):

Se visamos atuar em horizontes temporais mais elásticos, cabe antes lembrar que um futuro digno será inatingível para aque-

les que não conseguem hoje garantir padrões de vida mínimo. Existem complementariedades naturais entre políticas de transferência de renda e políticas de geração de renda. Vejamos este ponto no contexto das principais vítimas da miséria brasileira, as crianças: 45% dos indigentes têm menos de 15 anos de idade, contra 30% referentes à participação deste grupo etário na população. A desnutrição infantil, ao afetar a capacidade de aprendizado, gera conseqüências para toda a vida do indivíduo. Neste caso, dar o peixe é condição necessária para se aprender a pescar. Uma propriedade interessante das políticas voltadas para o público infantil — como merenda escolar, bolsa-escola, etc. — é que foco e persistência das ações caminham de mãos dadas. Além da falta de alvo e pontaria, as nossas políticas sociais atacam tipicamente conseqüências e não as causas da miséria. Precisamos aturar além das manifestações mais óbvias da pobreza, como a baixa renda, e nos perguntar o que torna as chances apresentadas aos miseráveis tão minguada. É preciso aprender mais por que pessoas pobres recebem menos. Aqueles que se debruçaram sobre esta questão, no caso brasileiro, apontaram a educação como elemento-chave na promoção social dos miseráveis. Pobres precisam, acima de tudo, de oportunidade e não de caridade. Oportunidades são representadas pela posse de ativos. Entretanto, não basta entender os determinantes do acesso e retorno de determinados ativos isolados, como a educação, mas é preciso olhar de maneira abrangente para todo portfólio dos agentes e saber como os diferentes ativos interagem entre si. Complementarmente, em muitos casos, as pessoas dispõem de ativos mas não conseguem aproveitar as oportunidades produtivas associadas à sua posse. Nesse caso, as falhas não estão nos indivíduos mas no contexto onde eles operam. Nesse ponto entra o conceito de capital social, entendido como uma variedade de instituições determinantes dos retornos privados e sociais dos ativos. A complementariedade entre os vários tipos de recursos é essencial para o entendimento do conceito de capital social. Por exemplo, a organização dos fatores de produção será um determinante-chave para os retornos obtidos de uma dada quantidade de capital físico e humano acumulados, como no caso do cooperativismo de pequenos produtores. Ou ainda, a capacidade de uma comunidade se organizar frente a uma si-

tuação adversa, como intempéries climáticas ou choques externos, é determinante de sua consequência de curto e de longo prazo. Esse processo passa não só pela mobilização interna da comunidade como pela sua capacidade de articulação com outros níveis da sociedade através do voto, pressão política, etc.

Ao realizar uma análise crítica do trabalho de Neri (2001:4-5), Demo (2003:260) reconhece o notável esforço de integrar cuidados emancipatórios e também integrar políticas de transferência de renda e políticas de geração de renda, apesar da linguagem economicista e o *economicismo barato* (p. 253) empregado pelo autor.

Tendo discutido alguns pontos considerados importantes a respeito da intersecção entre a noção de capital social e o combate da pobreza, passaremos a discutir o assunto no âmbito brasileiro.

3. Capital social e o combate à pobreza no Brasil

Segundo Rocha (2003:9), pobreza é um fenômeno complexo, definindo-a como *a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada*. Tal definição é bastante ampla, pois não especifica quais são essas necessidades, como também não indica o nível de atendimento que pode ser adequado. Portanto, a definição do que é pobreza envolve como as necessidades são satisfeitas em um contexto socioeconômico específico; ainda segundo Rocha (2003:9), *ser pobre significa não dispor de meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive*.

No Brasil, é lugar-comum afirmar que a desigualdade impera; isso é mais marcante ao se observar os indicadores de inclusão/exclusão sociais. Pochmann e Amorim (2003:22) estudam a exclusão social, destacando que, na região acima do trópico de capricórnio, nas regiões norte e nordeste se encontram a maioria dos municípios em situação de intensa exclusão social. Para os autores, tal fato é resultado de uma *velha exclusão social*, oriunda de um sistema de trabalho escravista e pela ausência das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, *tornando o capitalismo brasileiro uma máquina de produção e reprodução de desigualdades* (Pochmann e Amorim, 2003:21). Nas outras regiões, aparentemente a situação é menos grave, pois existe um maior número de *ilhas de inclusão*, segundo esses mesmos autores, as regiões do centro-sul apenas apresentam formas mais sofisticadas de exclusão, uma *nova ex-*

clusão social, herança do modelo econômico neoliberal, que gerou, desde os anos 90, *uma grande quantidade de desempregados escolarizados e famílias monoparentais que vivem na pobreza por ausência de renda* (Pochmann e Amorim, 2003:22).

Em suma, nas regiões norte/nordeste observa-se uma ampla exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela fome, atingindo famílias numerosas e jovens com pouca instrução e sem experiência profissional assalariada. Já nas regiões centro/sul/sudeste, a pobreza atinge principalmente famílias pouco numerosas, com pequeno número de crianças e jovens, indivíduos com melhor escolaridade e experiência profissional formal (Pochmann e Amorim, 2003:26).

As tabelas 1 e 2, a seguir, destacam os municípios mais *pobres* e *ricos* do Brasil, ou seja, quanto maior o índice, melhor a situação social. É interessante observar que o município com melhor índice de pobreza é da região nordeste, que, no entanto, apresenta características muito próprias, como o fato de ser ex-território federal e parque nacional, dentre outras.

Tabela 1. Os cinco municípios com pior índice de pobreza do Brasil

Região	UF	Município	Índice de pobreza
NE	PI	Morro do Chapéu do Piauí	0,066
NE	MA	Palmeirândia	0,070
NE	MA	Cantanhede	0,070
NE	AL	Oliveira	0,071
NE	MA	São João Batista	0,074

FONTE: Baseado em Campos et alli (2003 CDRom)

Para Rocha (2003:189), o acúmulo de informações sobre a pobreza no Brasil e nas experiências com o atendimento aos pobres resultou em um distanciamento das iniciativas filantrópicas tradicionais. A eficácia dos programas depende de mecanismos de apoio e promoção dos pobres seja elaborada de forma a atender os objetivos desejados junto à população-alvo delimitada e específica.

Pode-se observar um interesse crescente por parte das empresas em adotar políticas corporativas que melhorem o quadro social, mais do

Tabela 2. Os cinco municípios com melhor índice de pobreza do Brasil

Região	UF	Município	Índice de pobreza
SE	SP	Jumirim	0,895
S	RS	Flores da Cunha	0,913
S	RS	Monte Belo do Sul	0,924
S	RS	Nova Pádua	0,925
NE	PE	Fernando de Noronha	0,947

FONTE: Baseado em: Campos et alli (2003 CDRom)

que filantropia (ou obtenção de benefícios em redução de impostos), contribuir para o desenvolvimento social e a inclusão dos milhares de brasileiros que estão à margem da sociedade, significa investir no futuro das próprias empresas. A adoção de políticas para as empresas, adotar políticas corporativas voltadas para a transformação do quadro social é mais do que uma questão de filantropia ou boa vontade de seus dirigentes. É uma atitude de responsabilidade social empresarial, decorrente da necessidade ética de devolver para a sociedade parte dos benefícios que nela as empresas obtêm. Também é sinal de visão estratégica, porque contribuir para a sustentabilidade social significa investir no futuro da economia e das próprias empresas. Se a renda for utilizada como base das estimativas do número de indigentes no Brasil, as estimativas do Partido dos Trabalhadores atingem 44 milhões de pessoas, o IPEA avalia em 22 milhões e Rocha (2003:174) em 16 milhões. As diferenças ocorrem em função do que se considera o *valor da linha de indigência* utilizado (Rocha, 2003:174). Em síntese, a simples inclusão desse grande contingente humano no mercado passa a movimentar a economia e as atividades das empresas.

Nesse sentido, responsabilidade social empresarial significaria considerar os impactos de suas atividades em seus parceiros, na comunidade e na sociedade, procurando evitar ser fonte de geração de pobreza. Indubitavelmente, a pobreza está ligada ao desempenho da economia nacional, basta observar os dados estatísticos relativos aos anos do *milagre econômico* para verificar este fato.

A condição de ser pobre é associada de imediato à ausência de recursos materiais, evidenciando sinais exteriores da pobreza, no entan-

to, essa imagem muitas vezes é vista como algo que pode ser resolvido por meio de práticas caritativas ou filantrópicas, como políticas sociais de renda mínima, estímulo à criação de pequenas empresas ou ampliação de oferta de empregos. No entanto, grande parte desse grupo de *excluídos* sobrevive graças à solidariedade individual. Essa solidariedade pode ter um caráter político e socialmente construído em torno de direitos e da promoção de valores cívicos e humanos.

Para Camarotti e Spink (2003:13), a pobreza retrata *não apenas uma condição de insuficiência de renda, impedindo a aquisição de gêneros e bens, mas também a impossibilidade de acesso a serviços imprescindíveis ao bem-estar social*, tais como acesso à educação, atendimento médico-hospitalar, moradia digna e assim por diante. Vista desse ângulo, a pobreza deixa de ser um conceito econômico e passa a ser um conceito social, em que toda pessoa é um cidadão com iguais oportunidades e acesso aos serviços básicos.

Na seqüência é apresentado um caso em que fica patente a relação do capital social com as melhorias de condições de vida de populações carentes.

4. Uma ilustração: a Rede Pintadas²

A ilustração que apresentamos nesse tópico refere-se à comunidade que se desenvolveu no município de Pintadas, Estado da Bahia, Brasil. Foi desenvolvida com base em dados secundários, cujas fontes foram Milani (2003), Cunha (2003) e Camarotti e Spink (2003:97-98). A apresentação da ilustração segue a seguinte ordem:

- (a) descrição dos contextos demográfico, geográficos e social;
- (b) identificação das entidades locais e outras organizações envolvidas;
- (c) histórico e descrição das práticas comunitárias;
- (d) análise da relação entre a noção de capital social e as práticas comunitárias descritas.

(a) descrição dos contextos demográfico, geográficos e social.

A ilustração apresentada neste trabalho refere-se a uma localidade na Bahia, a cidade de Pintadas. Pintadas possui cerca de 11 mil habitan-

2. O caso Pintadas foi obtido por meio da análise das seguintes fontes secundárias: Milani (2003), Cunha (2003) e Camarotti e Spink (2003).

tes e é localizada no polígono da secas a 250km de Salvador. É um dos 20 municípios baianos com menor arrecadação, tendo uma receita média mensal de R\$ 315.000,00. Apresenta problemas como grande concentração fundiária, baixo nível de renda, falta de emprego e utilização inadequada dos recursos naturais (Cunha, 2003). No Atlas de Exclusão Social está colocada na posição 4105 em 5506 municípios analisados, ou seja, a cidade está situada no final do terceiro quartil dos mais pobres do país. No entanto, considerando-se que quanto maior o índice, melhor as condições de vida da população, pode-se observar, no Quadro 2, que apesar de ser um município pobre, em alguns aspectos, como no índice de pobreza, alfabetização, violência e até mesmo com relação ao índice consolidado de exclusão, encontra-se em melhores condições do que a média do estado, apesar de toda problemática característica da região.

Quadro 2. Índices de exclusão social da Bahia em geral e do município de Pintadas

			Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Juventude	Índice de Violência	Índice de Exclusão
RG	UF	Município	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
NE	Bahia		0,119	0,218	0,057	0,384	0,222	0,439	0,933	0,328
NE	BA	Pintadas	0,221	0,042	0,008	0,647	0,194	0,547	1,000	0,348

FONTE: Campos et alli (2003 CDRom)

(b) identificação das entidades locais e outras organizações envolvidas

Participam da Rede Pintadas várias entidades, como a prefeitura de Pintadas, onze entidades da sociedade civil, incluindo associações comunitárias (como o Movimento de Jovens), sindicatos (como o Sindicato de Trabalhadores Rurais), cooperativas, a Igreja Católica (Paróquia de Pintadas) e o Projeto Pintadas. Além de receberem apoio de outras organizações como o BNDES e Organizações não-governamentais européias.

(c) histórico e descrição das práticas comunitárias.

1961: A Rede Pintadas teve sua origem no chamado *Movimento de Pintadas*, uma organização social de caráter popular, surgido sob a liderança da Igreja Católica na Comunidade do Canto.

1985: Pintadas transforma-se em município, desvinculando-se de Ipirá.

De 1985 a 1987, posseiros da Fazenda Lameiro unem-se à Comunidade do Canto, em um movimento pela reintegração das terras, surgindo, então, em 1986, o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas), o resultado é a desapropriação da área pelo INCRA.

1987: o município recebe recursos do BNDES para uma experiência de auto-gestão agrícola. Para gerir esse projeto, denominado de Projeto Pintadas, foi criado o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP), com o apoio de 240 famílias e todas as entidades locais, impulsionado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pelo Movimento de Jovens e pela Paróquia e Diocese de Ruy Barbosa (Cunha 2003). Essa idéia original não obteve sucesso, mas colocou os produtores em contato com pessoas e instituições nacionais e estrangeiras que apoiam o desenvolvimento do município. Com a restituição por parte dos grupos de 50% do dinheiro investido, foi criado um fundo que continua beneficiando a comunidade e viabilizou a construção do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP), que se tornou um fórum de desenvolvimento municipal e de discussões das ações de interesse público e, em razão da dimensão tomada pelo projeto, passou a responder por todas as ações que têm como objetivo o desenvolvimento do município (Camarotti e Spink, 2003).

1988: é criado o projeto TAPI (Projeto de Tecnologia Apropriada em Pequena Irrigação) com apoio francês. No mesmo ano organiza-se um assentamento de jovens agricultores — o Projeto AJUP (Associação de Jovens de Pintadas).

1993: iniciam-se as atividades da Associação das Mulheres de Pintadas.

1995: a Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo é fundada com o propósito de prestar serviços de assistência social a crianças e jovens carentes.

1996: O Movimento Social de Pintadas consegue construir a Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP) com o intuito de evitar o êxodo dos jovens, salientando o trabalho no campo. 1997: surge a Rádio Comunitária (RADACOM) e também a Cooperativa de Crédito, o Sicoob Sertão, posteriormente transformado no CREDIPINTADAS (1998).

1999: São criados o Projeto de Criação de Caprinos e Ovinos de Pintadas (PROCAP), a Associação de Apicultores (ASA) e a Associação Arte Cênica Rheluz.

2002: a Associação das Mulheres Pintadenses desenvolveu o projeto *Delícias do Sertão*, constituído por uma padaria, um restaurante e uma lanchonete, com o objetivo de elevar a renda familiar e favorecer a independência financeira para as mulheres da cidade.

Principais ações: A Rede Pintadas implementa projetos de geração de emprego e renda, abastecimento de água, qualificação profissional, proteção a grupos sociais minoritários, comunicação, cultura e micro-crédito, entre outros. Além de integrar as entidades em torno de um projeto comum, a Rede procura fortalecer a atuação de cada uma delas e descobrir novos parceiros.

Desde sua criação, há quinze anos, a Rede Pintadas tem servido como uma *incubadora* de organizações sociais e age como órgão fiscalizador das políticas públicas municipais.

(d) análise da relação entre a noção de capital social e as práticas comunitárias descritas.

A condição de vida existente na comunidade de Pintada caracterizava-se por uma extrema ausência de recursos materiais, o que faz com que a disposição da comunidade apoiada pela igreja tenha transformado sua realidade apoiada por intervenções sociais de associações e ONGs. O principal recurso utilizado foi o capital social da comunidade por meio de suas associações. A intervenção no município aparentemente foi tão bem sucedida sob o aspecto social que implicou um novo desenvolvimento cívico, com a eleição de uma antiga missionária como prefeita. Segundo Miranda (2003), com a eleição de uma candidata do PT ao governo local, os investimentos em infra-estruturas socioeconômicas em Pintadas deixaram de ser prioridade do governo estadual. Na ocasião, a única agência bancária do Município (do BANEBA) foi fechada, o que ocasionou, entre outros fatores, o estabelecimento da cooperativa de crédito local. Nesta situação, pode-se observar um lado perverso do capital social, pois com a eleição de uma petista na ocasião, cessou o interesse do governo estadual (pertencente a outro partido político) pela localidade, no entanto, novamente o capital social foi importante na criação da cooperativa de crédito local, a SICOOB.

Outro ponto de destaque foi a dinâmica do processo, pois a Igreja trouxe um suporte em termos de valores e normas que, aparentemente, foi bem aceito e absorvido pela comunidade, ou seja, a fé cristã foi um importante elemento na transformação social, inclusive com relação à cidadania e civismo. O efeito na esfera política pode ser exemplificado pelo Primeiro Congresso Popular, que foi organizado em junho de 2002 com o apoio da Prefeitura, com significativa participação popular, com a *reunião de todos os membros da Rede, a apresentação de experiências e propostas de políticas públicas, a organização de grandes assembleias populares, bem como a eleição e designação de delegados para o Congresso (chegando a um total 250 delegados presentes)* (Milani, 2003:5).

Considerações finais

Este artigo representa uma empreitada preliminar e exploratória no sentido de desenvolver as noções de capital social como um dos elementos importantes de estratégias de combate à pobreza. Tais estratégias, conforme aponta a citação de Amartya Sen, destacada na introdução do artigo, podem ser desenvolvidas no âmbito da economia capitalista de mercado e visam a sua ampliação para o combate da pobreza.

No tópico primeiro, recuperamos a trajetória histórica da noção de capital social, identificando as suas raízes nos autores clássicos da sociologia e ciências políticas e delineando o seu desenvolvimento na década de 90. Nesse momento do texto, descrevemos diferentes conceitos e teorias relacionadas à noção de capital social desenvolvido a partir da década de 1990. No tópico segundo, mapeamos a intersecção entre as noções de capital social e pobreza e, no tópico terceiro, procuramos representar de forma parcial o debate sobre o assunto ocorrido no Brasil. Procuramos, no decorrer do texto, desenvolver uma reflexão crítica das noções de capital social e de suas aplicações para o combate da pobreza, focalizando principalmente as condições brasileiras. Por fim, no tópico quarto, descrevemos o caso Pintadas e estabelecemos ligações entre a teoria e a prática, considerando uma experiência brasileira.

Alguns autores brasileiros que estudam a questão da pobreza defendem a idéia de que as estratégias de combate à pobreza no Brasil devem incorporar processos sociais emancipatórios e combinar variáveis de natureza social e econômica, conforme apresentado, por exemplo, por Marcelo Neri (2000; 2001) e Pedro Demo (2003). Esta foi a linha de

desenvolvimento perseguida nesse artigo sem, no entanto, pretender abranger esse complexo debate na sua plenitude.

Ao realizarmos essa pesquisa e escrevermos esse artigo, visamos trazer algumas poucas contribuições para o debate sobre capital social e combate da pobreza no Brasil, principalmente pela apresentação organizada das noções de capital social, recuperando elementos das suas definições, história, principais autores e relacionar capital social e combate da pobreza por meio da descrição de uma experiência brasileira. No entanto, sabe-se que esse trabalho está muito longe de apresentar todas as questões envolvidas nesse complexo debate. Entendemos que a parcialidade em relação ao tema é ao mesmo tempo uma limitação praticamente impossível de ser superada e uma força, visto que possibilita o desenvolvimento de pesquisas futuras tanto no sentido de desenvolver estudos de casos brasileiros em profundidade quanto de estimular o debate teórico e reflexivo a respeito do assunto.

Referências Bibliográficas

- BOTTOMORE, T. (1988). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BOURDIEU, P. (1998). O capital social — notas provisórias. In: NOQUEIRA, M. A. e CATANI, A. *Escritos de educação*. 4^a. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, pp. 65-69.
- BURT, R. (2001). The Social Capital of Structural Holes. Pre print of chapter 7. In: GUILLÉN, M; COLLINS, R.; ENGLAND, A. MEYER, M. *New Directions in Economic Sociology*. New York: Roussel Sage.
- BURT, R. (1997). The contingent value of social capital. *Administrative Science Quarterly*, volume 42, issue 2, p: 339-365.
- BURT, R. S. (1992). *Structural holes: The social structure of competition*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- CAMAROTTI, I e SPINK, P.K. (2003). *O que as Empresas Podem Fazer Pela Erradicação da Pobreza*. São Paulo: Instituto Ethos.
- CAMPOS, A., POCHMANN, M. AMORIM, R. e SILVA, R. (2003). *Atlas da exclusão social no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Cortez.
- COLEMAN, J. S. (1990). *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.
- COLEMAN, J. S. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*. Vol94, supplement, pp. S95-S120.

- CUNHA, S. S. (2003). *Histórico da Rede Pintadas*. Salvador, Disponível em: www.ufba.br/capitalsocial
- D'ARAÚJO, M. C. (2003). *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- DEMO, P. (2003). *Pobreza da pobreza*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- GRANOVETTER, M. S. (1985). Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, University of Chicago, volume 91, issue 3, pp. 481-510.
- GRANOVETTER, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, University of Chicago, volume 78, issue 6, pp. 1360-1380.
- GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N. e WOOLCOCK, M. (2003). *Questionário Integrado para Medir Capital Social. (QI-MCS)*. Banco Mundial. Grupo Temático sobre Capital Social.
- LAZZARINI, S. G., CHADDAD, F. R. & NEVES, M. F. (2000). O conceito de capital social e aplicações para desenvolvimento e estratégia sustentável. Preços Agrícolas On-Line, São Paulo, número 163, maio de 2000, pp. 11-13. disponível em <http://pa.esalq.usp.br/~pa/pa0500/serg0500.pdf> acessado em 20/04/2002 às 20h15.
- MARX, K. (1988). *O Capital*. Volume 5, São Paulo: Nova Cultural, (coleção Os Economistas).
- MILANI, C. (2003). *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas* (Bahia, Brasil). Salvador, 2003. Disponível em: www.ufba.br/capitalsocial em 16/fev/2004.
- NERI, M. (2001). *Mapa de ativos — Combate sustentável à pobreza*. Rio de Janeiro: FGV [Edição eletrônica, dezembro 2001].
- NERI, M. (2000). Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, pp. 503-526.
- POCHMANN, M e AMORIN, R. (2003). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- PORTES, A. (1998). Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology', *Annual Review of Sociology*, vol. 24, pp.1-24.
- PRODUCTIVITY COMMISSION. (2003). *Social Capital: reviewing the concept and its policy implications*. Research Paper, AusInfo, Canberra, 100p. Disponível em www.pc.gov.au acessado em 28/set/2003 às 12h50.
- PUTNAM, R. D. (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- PUTNAM, R. D. (2000). *Bowling Alone: Collapse and Revival of American Community*. New York, NY: Simon and Schuster.

- ROCHA, S. (2003). *Pobreza no Brasil — Afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- THE WORLD BANK GROUP. (2003). Social Capital Home. Disponível em <http://www.worldbank.org/poverty/scapital/index.htm>, acessado em 14/12/2003 às 15h00.
- WASSERMAN, S. & FAUST, K. (1994). *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.